

SEMINA

Revista dos Pós-Graduandos em História - UPF

Dossiê:

Sons dos silêncios: Crimes e prisões sob uma perspectiva histórico-interdisciplinar

Volume 21 | Número 1 | Ano/período: jan/abril 2022

Edição eletrônica

DOI: 10.5335/srph.v21i1.13423

ISSN: 2763-8804

“Mandando para fora”:

o atacado de drogas na fronteira Brasil/Bolívia

Giovanni França Oliveira¹  

DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

OPEN ACCESS

Referência

OLIVEIRA, Giovanni França. “Mandando para fora”: o atacado de drogas na fronteira Brasil/Bolívia. **Revista Semina**, Passo Fundo, vol. 21, n. 1, p. 114-134, jan-abr 2022. Semestral.

Recebido em: 28/01/2022 | Aprovado em: 20/04/2022 | Publicado em: 08/08/2022

¹ Possui graduação em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2010), é Mestre em Estudos Fronteiriços pela UFMS (2013) e é doutorando em História pela Universidade Federal da Grande Dourados. Pesquisador do Observatório da Violência e Sistema Prisional- UFMS.

“Mandando para fora”: o atacado de drogas na fronteira Brasil/Bolívia

Resumo

Este artigo propõe analisar alguns esquemas estabelecidos das redes ilegais do narcotráfico, sobretudo, o atacado de pasta base e de cocaína na fronteira Brasil/Bolívia. A metodologia de pesquisa utilizada foi a etnografia, o que possibilitou entender os fatos a partir dos atores sociais envolvidos nessas práticas. Por fim, algumas reflexões foram levantadas sobre os procedimentos regulares e dinâmicos do funcionamento de remessas de drogas, em grande quantidade, para outras localidades do Brasil.

Palavras-chave: Narcotráfico. Fronteira. Corumbá.

“Sending out”: the drug wholesale on the brazil/ bolivia border

Abstract

This article proposes to describe some established schemes of illegal drug trafficking networks, mainly, the wholesale of base paste and cocaine on the Brazil / Bolivia border. The research methodology used was ethnography, which made it possible to understand the facts from the social actors involved in these practices. Finally, some reflections were raised on the regular and dynamic procedures for the operation of large quantities of drug shipments to other locations in Brazil.

Keywords: Drug trafficking. Border. Corumbá.

"Mandarlos fuera": la redada antidroga en la frontera entre Brasil y Bolivia

Resumen

Este artículo se propone analizar algunos esquemas establecidos de las redes ilegales de narcotráfico, especialmente la venta al por mayor de pasta base y cocaína en la frontera Brasil/Bolivia. La metodología de investigación utilizada fue la etnografía, que permitió comprender los hechos a partir de los actores sociales involucrados en estas prácticas. Por último, se plantearon algunas reflexiones sobre los procedimientos regulares y dinámicos de la operación de envíos de drogas, en grandes cantidades, a otros lugares de Brasil.

Palabras clave: Narcotráfico. Frontera. Corumbá.

As fronteiras brasileiras atualmente vêm ganhando maiores atenções seja pelo aumento de fluxo de capitais gerados pelas importações e exportações que dinamizam a economia nacional, seja pelos fluxos migratórios, terrorismo internacional e principalmente o avanço dos mercados ilegais e transnacionais, em especial, o tráfico de drogas foco principal deste artigo.

O avanço economia ilegal do narcotráfico já não é mais problema dos grandes centros urbanos brasileiros, mas um problema de ordem nacional. O aumento da criminalidade relacionada a este tipo de crime e o avanço dos comandos criminais em especial o Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV) exigem novos modelos políticos gerenciais de segurança pública em nível nacional.

Nesse artigo, buscou-se analisar os dados coletados a partir de etnografias realizadas nas bocas de fumo na cidade de Corumbá, que nos mostram a complexa trama de esquemas fronteiriços feitos e refeitos para o envio de remessas de drogas para o resto do Brasil¹.

É importante frisar que as dinâmicas analisadas logo adiante, fazem parte de diversos modos que se estabelecem para o envio de pasta base e cocaína para outras partes do país. Lembrando que na localidade além dos traficantes “independentes” existe a atuação de comandos criminais brasileiros como o Primeiro Comando da Capital – PCC, Comando Vermelho – CV e integrantes de clãs (organizações criminosas) locais bolivianas que auxiliam a distribuição no atacado do lado boliviano da fronteira, os chamados “*pichicateros*”.

Fronteira e as redes ilegais

Primeiramente, faz-se necessário entendermos a noção de limites e fronteira. Os dois termos comuns, mas não sinônimos, enquanto o primeiro termo corresponde à noção do estado no sentido político territorial, materializado pelo dogma da soberania legitimado pelo uso do monopólio da força, moedas, impostos, e todo o aparato legal do Estado, já “o marco de fronteira é um símbolo visível do limite”.

Visto desta forma, o *limite* não está ligado a presença de gente, sendo uma abstração, generalizada na lei nacional, sujeita às leis internacionais, mas distante, freqüentemente, dos desejos e aspirações dos habitantes da fronteira (MACHADO, 2003, p.42).

¹ Todos os nomes utilizados nas entrevistas que compõe esse artigo são pseudônimos, como forma de proteção das identidades dos interlocutores devido a suas práticas ilegais.

Nesse sentido, abordar os limites jurídicos territoriais de um Estado para o outro, é afirmar:

[...] que no âmbito do sistema interestatal e do sistema capitalista, o limite internacional é um princípio organizador de intercâmbio, seja qual for sua natureza, não só para os territórios que o delimita como para o sistema interestatal em seu conjunto (MACHADO, 2005, p.249).

São articulações entre estados que geram diferentes acordos (econômicos, políticos e sociais). Dessa maneira, os limites jurídicos estão relacionados aos limites territoriais do Estado Nação.

A fronteira por sua vez, ao contrário do limite e suas dimensões político-jurídicas de restrição, nos remete a parte vivida, de contatos sociais entre povos de nacionalidades distintas, são lugares de comunicação. Pensar as fronteiras a partir das fronteiras (GRIMSON, 2000), significa compreender que essas localidades merecem atenção específica, pois não mantém a mesma similaridade com outros locais do território nacional “A realidade fronteiriça possui identidade específica, que reflete conexões (culturais, econômicas, administrativas e sociais), que se contrapõe aos múltiplos interesses internos e externos (OLIVEIRA, 2009)”.

Pensar as articulações das cidades fronteiriças e seus habitantes torna-se tarefa altamente complexa, pois não devemos padronizar as análises, cada fronteira deve ser pensada a partir de sua gênese e seu processo histórico de composição específicos, “El concepto de frontera, desde el punto de vista geográfico está asociado a movimiento, a área de difusión de múltiples elementos, que pueden ser tanto del espacio físico como de la sociedad, con su clara diferencia espacio- temporal (BENTANCOR, 2008,p.22)” para a autora, a riqueza conceitual da fronteira é ampla pelo fato de ser uma zona limítrofe entre dois ou mais países resultando em diversas trocas culturais seja ela de aproximação ou de afastamento em múltiplas escalas.

Dessa forma, entender a fronteira com lugar de interação social em múltiplas escalas que possibilitam rearranjos sociais, a partir de sua porosidade e linearidade. Os contatos sociais entre ambos os lados das fronteiras produzem relações sociais e disputas políticas em diversas esferas cotidianas na cena fronteiriça, onde questões sobre nacionalidade, identidade, arranjos financeiros são constantemente negociados entre os habitantes dessas localidades.

Quanto mais porosa é uma fronteira, mais rebelde ela é. Essa rebeldia manifesta-se na constante subversão aos limites estatais que estão presente no cotidiano fronteiriço, políticas estatais acordos e de fiscalização, quanto maior a população maior a rebeldia e a criatividade (OLIVEIRA, 2015) o que nos leva ao movimento de diferentes mecanismos de sobrevivência dos atores sociais na localidade.

Compreender as formas de gestão do território empreendidas pelas populações fronteiriças nos permite entender suas relações com diferentes escalas locais, regionais, nacionais e transnacionais, contribuindo na construção das dinâmicas de aproximação e alteridade com o outro (ALBUQUERQUE, 2009).

Nesse sentido, é possível observarmos nessas localidades diferentes usos do território, a “integração funcional” se desenvolve no plano das instituições estatais e empresariais dessas localidades que podem contribuir para a ampliação de fluxos mercantis de um lado ao outro da fronteira, dinamizando a economia da localidade. A “complementaridade visível”, independente do primeiro é o cotidiano da localidade, onde as relações sociais se desenvolvem de forma fluida, materializada na busca das pessoas por melhores condições de vida, aproveitando os serviços básicos pelos aparelhos estatais da localidade como saúde, educação melhores condições de trabalhos e ganhos melhores. O terceiro ponto é a *participação invisível*, onde são desenvolvidas as ilicitudes: narcotráfico, contrabando, lavagem de dinheiro. São atividades inerentes ao mundo do crime dessas localidades (OLIVEIRA, 2015).

Ao refletir sobre os circuitos ilegais nas localidades fronteiriças necessariamente devemos levar em consideração a relativa integração no campo formal (infra-estrutura estatal) como também na informal (relações cotidianas). O sucesso desses circuitos ilegais no território está ligado ao conhecimento desses atores sociais na dinâmica diversificada da localidade. As “temporalidades fronteiriças” são manejadas (quando passar? Quando segurar mercadorias?), são produzidas com a compra e venda de produtos, no vai e vem de pessoas entre os lados da fronteira, no fluxo de sacoleiros e etc (RABOSSI, 2004). Essas temporalidades também se aplicam no aparato de fiscalização e repressão aos ilícitos. Nem sempre o aparato de fiscalização dispõe de estrutura adequada para realizar as fiscalizações contra esses crimes, e as redes ilegais se aproveitam dessa dificuldade.

Assim, analisar as relações sociais fronteiriças, nos faz compreender como essas pessoas instrumentalizam a fronteira nas dobras do legal e do ilegal a partir do diferencial fronteiriço como recurso (OLIVEIRA E COSTA, 2011), o que nos leva a refletir “[...]sobre tantas outras fronteiras (sociais, culturais, simbólicas) que se formam, se sobrepõem, se complementam e entram em conflito em relação à noção de fronteira política ou estatal”(ALBUQUERQUE, 2009, p.128). Apenas com a observação das dinâmicas fronteiriças, será possível entender quais as práticas consideradas lícitas, ilícitas ou aceitáveis diante do fluxo de pessoas e mercantil (ALBUQUERQUE E PAIVA, 2015).

Os circuitos ilegais nas regiões fronteiriças não fogem a lógica espacial local. A estruturação dos fluxos dos mercados ilegais (tráfico de drogas, contrabando, lavagem de dinheiro) estão necessariamente ligados as conexões que as localidades fronteiriças mantêm com os fluxos de capitais em nível global (MACHADO, 2003). Esses circuitos beneficiam-se da ampla estrutura (formada pelas organizações urbanas que se interligam através da infra-estrutura local com diversas partes do território) para atuarem em diferentes escalas, possibilitando o recrutamento de diferentes pessoas de nacionalidades diversas.

Nesse sentido, o narcotráfico é uma das principais atividades ilícitas que se desenvolveram ao longo de décadas nas fronteiras brasileiras, lembrando que o Brasil possui aproximadamente 15.719 quilômetros de fronteira, fazendo divisa com principais países produtores de drogas (Paraguai, Bolívia, Peru e Colômbia).

A cidade de Corumbá, lugar onde foi realizada a pesquisa, faz fronteira com a Bolívia, está na linha de fronteira com a cidade de Puerto Quijarro. Esta localidade nos últimos anos tornou-se uma das principais rotas de entrada de cocaína e pasta base vindo da Bolívia.

Para entender as diversas possibilidades de articulações criminais desenvolvidas naquela localidade, utilizou a noção de “esquema”, onde se levantou a hipótese da vinculação dos agentes estatais e o envolvimento nesse circuito.

As práticas ilegais em áreas de fronteiras são possíveis, pois existem diversas articulações em diferentes escalas produzindo circuitos ilícitos multifacetados.

De acordo com os autores, o esquema é

[...] um procedimento de caráter regular, realizado de modo parcial ou totalmente ilegal por uma rede de pessoas, unidas por relações mútuas de confiança e segredo, na busca de apropriação de benefícios pessoais, lucro e/ou prestígio social (COSTA E OLIVEIRA, 2014, p.211).

Sendo assim, as articulações criadas com essas atividades, produzem múltiplos benefícios a partir dos lucros auferidos, principalmente nas articulações ligadas a essas atividades. É certo que esse prestígio extrapola esses ambientes à medida que a lavagem de dinheiro, financiamento de campanhas eleitorais tomam frente nos esquemas (COSTA E OLIVEIRA, 2014). Contudo, os esquemas não são estáticos, estão sempre em mutação, por vezes utiliza-se de agentes estatais e a máquina estatal para a conservação e ou ampliação dos negócios.

É importante ressaltar que a construção dos esquemas descritos ao longo do texto muda constantemente, sendo apenas uma das diversas formas de envio de grandes remessas de drogas para outros lugares do Brasil ou do mundo. Por fim, essas formas de envio podem ou não terem participação de facções criminosas brasileiras no comando dessas operações.

Corumbá: cidade fronteiriça

Corumbá, cidade situada na fronteira oeste do estado de Mato grosso do Sul, faz parte da conurbação com Ladário/Brasil, e Puerto Quijarro-Puerto Suarez/Bolívia. Sua área territorial equivale em sua maior parte da extensão territorial da maior bacia alagada do mundo, o Pantanal, com mais de 64.962,720 de quilômetros. Sua população está estimada em 109.294 aproximadamente. A principal via de acesso de Corumbá para o resto do Brasil é a BR-262, ao qual liga a cidade a uma distância de 450 quilômetros da capital do estado de Mato grosso do Sul, Campo Grande².

² <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ms/corumba.html>. Acesso em: 28 de out. de 2020.

A economia de Corumbá está voltada para o setor da mineração, agropecuária, turismo, e pelo setor comercial, como também para o setor de transporte de cargas. Este último setor merece destaque e vem crescendo desde a década de 1980, a partir dos investimentos do banco mundial na Bolívia (OLIVEIRA, 2009). Os investimentos do banco mundial, na agricultura principalmente na soja e na plantação de algodão mudaram o eixo econômico de La Paz para Santa Cruz de La Sierra, originando um fluxo migratório em direção a Santa Cruz. A mudança do eixo econômico na Bolívia acompanhou os fluxos de mercados internacionais de exportação do agronegócio do país.

Essa rearticulação foi acompanhada pelo aumento considerável da *pichicata* na Bolívia³ que dinamizou o comércio varejista produtos e de empresas de importação e exportação a partir da lavagem de dinheiro do provindos do narcotráfico (ESTEARMAN, 1987).

Todos esses investimentos dinamizaram o comércio de exportação de mercadorias por via terrestre nesta fronteira, dando um novo impulso ao comércio daquela região, ampliando as relações sociais na região⁴.

Essa localidade fronteiriça é representada por quatro núcleos urbanos interligados entre si pelo corredor bioceânico, pelas vias fluviais do pantanal como também pela ferrovia.

O marco mais visível dos limites brasileiros na fronteira é a aduana da Receita Federal que fica a poucos metros da linha limítrofe com o lado boliviano da fronteira. Por esse local passam a maior parte do fluxo mercantil da localidade, sendo também a principal via de ligação entre os moradores das cidades de ambos os lados da fronteira. Na aduana funciona também um posto de imigração da Polícia Federal e próximo desse local encontram-se um ponto de ônibus que faz a linha da localidade até o centro da cidade de Corumbá (percorrendo cerca de 7 quilômetros), existe também um ponto moto-taxi e dois pontos de Taxi onde abrigam taxistas brasileiros e outro ponto de taxistas bolivianos⁵.

Além disso, a cidade de Corumbá concentra diversas instituições de segurança (Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Departamento de Operações de Fronteira (D.O.F) e sazonalmente a Força Nacional) e de defesa (Marinha Exército e a Aeronáutica).

Não há dúvidas, que Corumbá ao logo de décadas tornou-se uma das principais portas de entrada de drogas (pasta base e cocaína) para o Brasil. Mesmo com o aumento do processo de securitização da localidade, os circuitos ilegais do tráfico de drogas vem ampliando sua atuação na localidade, diversificando seus esquemas e ampliando as alianças transfronteiriças.

³ Nesta mesma década, coincidindo com esses investimentos do banco mundial, os EUA também financiam na América latina diversas operações de combate ao narcotráfico inclusive na Bolívia. Ver Del Olmo (1994).

⁴ Além do setor de carga e mineração, o setor de turismo tem importante papel na economia local, gerando diversos empregos na área hoteleira nos restaurantes locais e no comércio.

⁵ É interessante pontuar que recentemente esses indivíduos (taxistas) entraram em uma disputa por espaço nas corridas realizadas no local, a disputa se deu a partir de uma reivindicação de taxistas brasileiros contra “taxistas piratas” bolivianos que realizavam corridas no lado brasileiro da fronteira com valores abaixo dos valores cobrados por taxistas brasileiros.

A propósito, serão demonstrados alguns aspectos dos esquemas ilegais para o envio de drogas para fora da área de fronteira, bem como a análise de alguns aspectos do atacado de drogas na localidade, um dos muitos procedimentos de esquemas, realizados para o envio da droga.

O atacado e a fronteira

A partir de entrevistas coletadas, foram analisadas algumas modalidades de envio de remessas para outras localidades do Brasil. Primeiramente pode-se dizer que a figura mais visível e mais frágil da hierarquia é conhecida como *mula* e, logo após, vem a figura “fantasma” do chamado *correria*.

A pesquisa etnográfica baseou-se nos estudos urbanos de economias criminais, a partir de depoimentos coletados em *loco* com atores sociais envolvidos com essas atividades.

Inicialmente, ancorado no trabalho de Foote whyte (2005), para entrar no campo de pesquisa, recebemos a ajuda de diversos interlocutores que possibilitaram o acesso, preparando o ambiente para a realização das primeiras entrevistas.

Além disso, adotei a premissa do viajante de Alba Zaluar:

O antropólogo como viajante procura conhecer previamente o seu campo e se prepara como pode para ele. Não que surpresas estejam suprimidas, mas “saber entrar” e “saber sair” são procedimentos fundamentais para realizar o vai-vem da postura antropológica, permanecendo outro e conhecendo o nativo para conhecer-se melhor na diferença (ZALUAR, 2009, p. 566).

Saber entrar e saber sair nesses ambientes não é tarefa fácil. Até a finalização da coleta de informações, diversas tensões e desconfianças ainda podem permear o ambiente de pesquisa. Por isso, é importante ressaltar que, o etnógrafo deve estar sempre atento ao seu local de pesquisa, nunca se sabe o que pode acontecer (VALLADARES, 2007) mesmo com a ajuda dos interlocutores, o ambiente criminal é extremamente instável, existem diversas variáveis que podem incidem no comportamento dessas pessoas (possíveis batidas policiais no local, perda de uma “carga” de drogas e principalmente a desconfiança em relação ao pesquisador).

Ademais, segundo a confiança e o respeito são partes fundamentais a serem conquistados pelo etnógrafo nos ambientes criminais, sem essas premissas é quase impossível conseguir os registros de campo (BOURGOIS, 2010).

Nas pesquisas realizadas na cidade de Corumbá, foi-nos possibilitado a ajuda de três interlocutores que nos auxiliaram a ter acesso e permanência em diversos ambientes criminais, possibilitando a realização do trabalho de campo (OLIVEIRA E COSTA, 2012).

É importante frisar que não é nossa intenção, em hipótese alguma, expor os meios de envios da droga para fora de Corumbá, nos moldes de uma investigação policial, mas sim analisar

sociologicamente como esse fato reflete na vida dos interlocutores que são a ponta frágil desse negócio, haja vista que não é qualquer pessoa com poder aquisitivo para comprar e mandar uma grande remessa “para fora”, pois quanto maior a remessa maior o preço a se pagar pelo envio e maior prejuízo em uma eventual perda da mercadoria por apreensão policial. São essas pessoas que raramente aparecem nos noticiários, pois se escondem com seu capital financeiro e social e raramente são presas.

As relações descritas a seguir, perpassam o conhecimento das redes transfronteiriças, ou seja, são poucos os atacadistas que tem o acesso direto aos locais de plantação e compra na fonte⁶, a maior parte precisa de intermediários para terem acesso a mercadoria. Nesse ponto observa-se as “competências circulatórias” (TELLES E HIRATA, 2010) em movimento, onde nem todos se conhecem nessas redes interescares, mas todos trabalham em suas funções mais ou menos determinadas, até que a mercadoria chegue em seu destino final.

De acordo com Telles:

[...] tais mercados alimentam-se de obstáculos, interditos e proibições que vigoram para a circulação de mercadorias entre países, além das normas e das legislações que codificam os regimes de circulação em cada país [...] (TELLES E HIRATTA, 2010, p.163).

São mercados transnacionais articuladores a partir de múltiplas escalas que se beneficiam em grande medida pelas diferentes cotações de moedas e fiscalizações fronteiriças (CARTIN E KEINSCHMITT, 2013).

De acordo com Costa:

[...] o comércio do outro lado da fronteira representam um terreno fértil em que a vida na fronteira se desenvolve, propiciando as condições para as interações sociais e culturais, em torno das quais as vidas das pessoas ganham sentido [...] (COSTA, 2013, p. 472).

Para Costa, as fronteiras são terrenos férteis para contados sociais onde seus habitantes ganham que constroem suas vidas a partir das práticas cotidianas que estruturam as relações entre ambos os lados da fronteira. Esses contados não estão livres de conflitos, estigmatizações sociais (COSTA, 2014).

As populações fronteiriças aprenderam a instrumentalizar a fronteira em função de interesses concretos, a partir dos quais se ativa a idéia da comunidade nacional, ou da

⁶ É importante ressaltar que com o avanço dos comandos criminais brasileiros (em especial Primeiro Comando da Capital-PCC) para além das fronteiras nacionais.

comunidade interfronteiriça. Assim, as fronteiras políticas são reafirmadas ou negadas, à medida que as fronteiras sociais geradas a partir da interação social, sobrepõem as demarcações estatais. A articulação das populações entre diferentes zonas fronteiriças, tem sido habitual desde o princípio da delimitação dos limites jurídico-administrativos (VALCUENDE DEL RIO E CARDIA, 2009)

Os interesses em jogo nas relações que se constroem cotidianamente, produzem diferentes efeitos em distintas esferas sociais. O movimento pendular nessas localidades facilita o desenvolvimento de diferentes mercados (legais e ilegais).

Os mercados ilegais de drogas, neste caso, o de pasta base e cocaína, beneficiam-se das relações pendulares entre ambos os lados da fronteira nas cidades de Perto Quijarro/Bolívia e Corumbá/Brasil, a medida que se aproveitam dos contatos sociais e da infraestrutura básicas da localidade.

Tendo em vista a dinâmica da localidade, o “mundo do crime” ao longo de décadas vem se aproveitando dos aspectos econômicos, sociais e estruturais que a região oferece.

É difícil precisarmos quando a localidade se tornou roda de entrada do narcotráfico provindos da Bolívia, mas é certo que desde a década de 1950 os jornais da localidade vêm noticiando a prática desse tipo de comércio ilícito, principalmente como rota de passagem para as localidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

Neste trabalho não foi tratado o varejo local, mas o atacado. Assim, existem dois tipos de atacados averiguados na localidade que desenvolvem dinâmicas distintas.

A primeira forma de atacado é o que fica no país produtor Puerto Quijarro/Bolívia. Esse atacado tem como preferência vendas (pasta base e cocaína) em grande quantidade para narcotraficantes independentes e para facções criminosas brasileiras ou de outros países. Veremos adiante, quando esse atacado envia alguma remessa por conta e risco utilizando suas próprias redes, acionam o esquema chamado de *pasanaku*.

Devido à interligação desse atacado com o varejo local de Corumbá e Ladário, os atacadistas da Bolívia fornecem para compra a partir de 250 gramas para os brasileiros. O valor fracionado da mercadoria reduz os custos, ainda assim, não são todas as bocas do lado brasileiro que conseguem comprar, o que nos leva ao outro modelo de atacado.

O outro tipo de atacado está vinculado ao primeiro, fica do lado brasileiro da fronteira Corumbá e Ladário. São chamadas de “bancas”. Tem sua função principal fornecer drogas para o varejo de drogas em Corumbá e Ladário. Por vezes, esses atacadistas também se utilizam de suas próprias redes para enviar remessas para outros lugares, uma das modalidades de envio se chama “consórcio” que será debatido logo adiante.

Além disso, existem os comandos criminais brasileiros que atuam na região, em especial, o Primeiro Comando da Capital (PCC). Nos últimos anos essa facção criminosa vem ampliando seu raio de atuação na localidade em processo de transnacionalização de suas atuações, utilizando-se de

diversos esquemas para envio de suas remessas, inclusive do *pasanaku*, consórcio dentre outras formas.

Diante do exposto, será analisado algumas práticas utilizadas por narcotraficantes da localidade para envio de remessas de drogas para outras localidades do Brasil. Cabe frisar que esses esquemas não são estáticos, as variações nas operações de envio são fundamentais para a manutenção das atividades diminuindo os prejuízos por eventuais as fiscalizações policiais.

Correria

Baixinho: Tem o famoso consórcio, quando tem essa coisa, é 2 de um, 3 de outro, 4 de outro, 5 de outro, aí o que acontece? Aí vem um terceiro. Então quer dizer, tem 5 donos, mais a pessoa que guarda, esse cara que guarda, ainda não é responsável pelo encaminhamento disso aí. O cara que é responsável pelo encaminhamento vai ter um outro, que vai estar correndo simplesmente para fazer isso, e ele não pode aparecer! Esse cara ele só faz a correria. Porque fala que ele é o *correria*? – ele corre atrás dos contatos do transporte, ele é que arruma. Os caras chegam até o *correria* para quê? para o *correria* arrumar o transporte. Ele contrata o mula e diz para mula: - daqui até aqui, por cada peça que você levar, é 1.000 reais. E com os donos da droga ele fala, daqui até aqui é 1.100, então ele está ganhando 100 reais em cima de cada peça. Esse é o *correria* e “todo mundo” sabe disso, ele tá fazendo o papel dele. Vamos colocar ele (*correria*). Se caso alguma coisa acontecer, quem é que o transporte conhece? Conhece o *correria*, não conhece propriamente o dono, sempre há um jeito de você não aparecer, entendeu! Sempre há um jeito de você não aparecer, não se expor para os outros, propriamente a polícia, ficamos nas escuras (BAIXINHO, 20.Mar.2011).

A figura chamada de *correria*, em todos os momentos da nossa pesquisa de campo, esse “desconhecido” sempre esteve presente. Como vimos na entrevista, o *correria* é um nome comum na “quebrada”, que remete a uma grande responsabilidade dentro das redes tanto do atacado como do varejo de drogas da região. Cada boca ou banca tem seu próprio *correria*. Pode-se dizer que o *correria* é a pessoa que facilita a venda da droga em suas várias escalas, tanto no varejo. No atacado essa “figura” atua contratando os mulas e tem os contatos certos para a passagem da droga nas barreiras montadas pela polícia. No varejo essa pessoa é quem cuida da entrega quando algum freguês liga na boca para fazer o “disque entrega”.

O *correria* é a pessoa dos contatos. E por ser a pessoa dos contatos, é altamente requisitado. Quando pessoas vêm de outras localidades para fazer uma remessa, procuram em sua maioria o *correria* para arrumar o envio.

Devido ao fato de contratar o transporte (mula) o *correria* entra em uma dupla condição: caso o mula seja preso, o *correria* fica à mercê de ser entregue ou não pelo mula através de uma *caguetagem*; a segunda condição é fundamental para a sua posição, pois é o elo das informações e da articulação de

envio da mercadoria. Essa condição se dá a partir do regresso do mula, que muitas vezes traz recados dos compradores e informações do trajeto.

É na hora da contratação do mula e no envio das peças que o correria tira sua parte no negócio, como frisado na entrevista, o mesmo ganha por peça a ser enviada, como relatado logo abaixo na continuação da entrevista:

[...] Primeiramente o correria foi atrás do transporte, agora é ao contrario, é o transporte é que vai atrás do correria na volta, porque, quem recebeu quer mais, o cara da outra cidade manda recado querendo mais.

Aí o transporte chega no correria e diz que as pessoas onde ele entregou estão querendo mais... aí o que pode acontecer depois disso? O correria pode dizer para os patrões isso, do aumento da remessa ou guardar a informação. Daí o que acontece? O correria vai no patrão, e diz que os caras querem de novo a mercadoria, mas não diz que eles queriam a mais, e nessa, como forma de pagamento, o *correria* pede para seus patrões daqui um adiantamento em droga, justamente para ele colocar na remessa a mais que os caras de fora pediram, então temos que lembrar que a droga aqui custa um valor e para fora é outro valor (BAIXINHO, 20.Mar.2011).

O fato de o correria omitir a informação para o patrão sobre o aumento no pedido para ele próprio ganhar mais em cima, não quer dizer que ele esteja fazendo algo de errado. Esta atitude é aceita na lógica dos negócios em Corumbá. É justamente por isso que ele é chamado de correria, é a pessoa das informações, ele omitiu a informação, mas não roubou ninguém, continuou fazendo seu papel na rede e garantiu a saída da mercadoria, gerando ganhos para os mulas e para os patrões.

O correria é também mais um subterfúgio para o “verdadeiro” fornecedor da rede não aparecer, pois seu sumiço avisa que existe algo está errado (alguma operação policial, por exemplo) e logo os contratantes paralisam suas atividades e “somem” por um tempo, até que o correria reapareça.

Mula

O mula corresponde a toda pessoa que leva alguma quantidade de droga (pasta base ou cocaína) para fora da fronteira. Existe um paradoxo em torno do mula. Ao mesmo tempo que é uma peça descartável, é também fundamental para o elo instável dessas redes.

Na dinâmica de envio observam-se dois tipos de mulas; o primeiro é o que “cai” em operações policiais, chamado pelo jargão local de “boi de piranha”. É da sabedoria popular o engodo policial-midiático, a partir da espetacularização de suas prisões, demonstram que as funções de fiscalização estão sendo feitas e estão surtindo efeito no combate e repressão do tráfico de drogas. Esses mulas são frequentemente presos nos postos da polícia rodoviária na BR-262, na saída de Corumbá, no posto

policial do Lampião Acesso. Geralmente são detidos com pouca quantidade de drogas e na sabedoria popular “são entregues para passar uma quantidade maior”, de fato.

A maior parte das pessoas que são detidas pela polícia (os chamados “bois de piranha”), levam a droga em pequenas quantidades e que na maior parte das vezes vão “cair” na fiscalização, porque já foram denunciados pelo próprio contratante. Esses mulas aceitam ir sabendo dos riscos, são pessoas independentes, com pouco conhecimento dessas redes, aceitam o serviço de transporte que não chega a quinhentos gramas de droga (pasta base ou cocaína) e ganham pelo menos quinhentos reais para levar da mercadoria.

Muitas mulheres são contratadas como mula para fazer o serviço. A maior parte das mulheres detidas por esse delito tem sua condição de vida extremamente precária com nível de estudos muito baixos, optando por fazer seus “corpos como malas” para o transporte da droga. Independentemente da nacionalidade, essas mulheres ganham extremamente pouco pelo transporte. É claro, que os ganhos mais altos para o transporte não se limita entre Homem e Mulher, mas sim o conhecimento da pessoa em relação ao “mundo do crime” na localidade (OLIVEIRA E LINJARD, 2013).

O segundo tipo de mula vincula-se a remessas maiores, e são esses mulas, que levam maiores quantidades, trazem os recados e articulam as informações nas redes.

Esse mula também ganha por quantidade a ser levada. A peça (um quilo) equivale a mil reais, variando os momentos de maior fiscalização nas estradas. Esses indivíduos, levam de maior quantidade, são os que menos aparecem nas capas de jornais da cidade.

Cabe lembrar que, apesar da importância do mula⁷ e do correria nessas redes, o atacado está situado no meio de um campo de várias forças que lucram cada um de sua forma e jeito.

Atacado em Puerto Quijarro – real, dólar, o que mais se aceita?

Uma das grandes dificuldades da pesquisa foi conseguir acesso, e estabelecer relações de confiança com os comerciantes de drogas do lado boliviano. Pensamos que ainda falta muita informação relativa ao atacado do comércio de drogas na cidade de Puerto Quijarro. Ao longo das pesquisas de campo na cidade de Corumbá, tivemos contato com diferentes atacadista e alguns deles bolivianos, chamados de *pichicateros*.

⁷ Nas pesquisas tivemos contato com um mula que era menor de idade. Notamos nas entrevistas levantadas uma possível mudança na tática de envio dos mulas a partir da contratação de jovens menores de idade, com pequenas quantidades para caírem na fiscalização. Ou seja, acontece o inverso na questão do pagamento que ocorreria com um maior de idade, os menores seriam pagos justamente para caírem e não para levarem a droga a seu destino. Devido à menoridade penal, logo estarão de volta nas ruas. É necessário um estudo mais aprofundado dessas relações de transformação do envio relativos aos mulas, mas as pesquisas apontam para novas estratégias nesse sentido.

Quando questionados sobre os valores de vendas da peça ou mesmo se poderiam existir trocas de mercadorias, as respostas foram múltiplas. Destacamos a facilitação na compra com o dólar, assim como as relações de amizade e parentesco que se estabelecem na fronteira.

Um ponto importante a se pensar, são as dinâmicas dos assaltos de veículos automotivos nessa região (Corumbá e Ladário), principalmente os roubos de motos e carros nessas cidades.

Existe quase um mito nessa região, em relação aos possíveis roubos ou furtos desses veículos, supõe-se que quando subtraídos, certamente já foi “passado” para o outro lado da fronteira. O fato constatado vai muito além dessa visão.

Uma prática antiga nesse comércio é a penhora de algum bem para adquirir a droga. Na boca pode ser penhorado, por exemplo, um celular de última geração, jóias, uma bicicleta das mais modernas, entre outros objetos, no atacado em *Puerto Quijarro* a preferência para penhora de motocicletas e carros.

O ano do veículo é fundamental para a quantidade de drogas a ser barganhada na hora do penhor e no tempo a ser proposto para o pagamento da dívida e resgatar o bem penhorado. Outro fato importante tem a ver com os roubos de fato desses veículos⁸.

Muitos entrevistados dizem que há um decréscimo na simpatia do *pichicatero* na compra ou troca de carros roubados no Brasil, devido à nova lei de regularização desses veículos na Bolívia⁹. Em contrapartida percebeu-se um aumento pela demanda de motocicletas.

A penhora por droga de algum bem, mostra-nos em certa medida o aumento de pessoas envolvidas (in) diretamente com negócio ilícito, já que, por exemplo, para uma moto empenhada, teoricamente podem existir em torno de três a quatro pessoas envolvidas no esquema em função da moto, digo de três a quatro pessoas (esse número pode variar) devido a própria condição de arcar com a dívida da penhora da moto caso seja um bem privado, se o bem for produto de assalto podermos haver outras variações nessa lógica.

É certo, que muitas motos subtraídas não atravessam a fronteira, elas são desmontadas em desmanches e alimentam mercados de peças paralelas na região.

Financiadores e financiados

⁸ Isso poderá refletir no número de queixas feitas na polícia relativas ao roubo de veículos, isso é uma hipótese para estudos posteriores.

⁹ Lei nº 133/11 de “saneamento legal de veículos”. Esta lei causou grandes polêmicas devido à legalização dos carros roubados na Bolívia através do pagamento de uma taxa ao estado boliviano, aproximadamente de 2 mil a 3 mil dólares.

Nas fronteiras do legal e do ilegal, o atacado privilegia uma quantidade considerável de pessoas que financiam as remessas para fora da fronteira sem manter vínculos com as redes ilegais. Pontuarei dois casos vinculados ao “sistema de envio”. Analiticamente, pode-se observar o grande número de pessoas que financiam o envio sem ter um vínculo direto com a criminalidade local, são investidores espontâneos e sazonais que usam uma parte de seu dinheiro nessas atividades, sem que haja compromisso com o mundo do crime. Dessa maneira, o consórcio e o *pasanaku* são meios operacionais que possibilita transitoriedade nas dobras do legal e do ilegal para muitas pessoas que economizam o dinheiro que ganham em seu trabalho e arriscam investindo nessas modalidades, na esperança de ganhar mais dinheiro.

O consórcio: é um acordo comumente feito por diversas pessoas com uma quantidade pré-estabelecida (pasta base ou cocaína), geralmente um quilo (1 kg) para cada consorciado. Esses “associados” assumem por conta própria o risco operar com sua mercadoria, ou seja, se “cair, caiu” (prejuízo para todos). Essas associações feitas para o envio, geralmente são mediadas por atacadistas e boqueiros, cada um por sua conta e risco. Na hora do ganho, cada um pega a sua parte do consórcio.

No momento das mediações entre os boqueiros e atacadistas entram os financiadores, são pessoas sem vínculo “direto” com o crime, que se aproveitam por conhecerem algum boqueiro e passam a integrar o grupo e financiar as remessas. Essas pessoas não se veem como um criminoso. Para eles(as), o criminoso é sempre o boqueiro e o atacadista.

O *pasanaku*¹⁰: sua forma de funcionamento é parecida com o do consórcio, só que é usado mais pelos bolivianos. Ao contrário do consórcio, os lucros advindos do envio vão para uma pessoa só. Internamente, o *pasanaku* funciona como uma forma de ajuda mútua, onde várias pessoas “depositam” todo mês uma quantidade de droga, para futuramente enviar. No momento do envio, sempre será a mesma quantidade. Por exemplo, caso sejam cinco participantes no *pasanaku* cada um depositará um quilo por mês, ao final do terceiro mês são quinze quilos a serem enviado. O lucro advindo da remessa será dado ao primeiro da fila definido previamente pelo grupo. Esse sistema será reproduzido até todos serem contemplados com o lucro, cada um individualmente, diferente do consórcio, que ao chegar a mercadoria no local todos ganham ao mesmo tempo, é claro que como qualquer esquema o *pasanaku* também pode ter variações dependendo das circunstâncias de fiscalização ou por acordos internos ao grupo associado.

O consórcio e o *pasanaku* colocam à tona a quantidade de pessoas que lucram com a economia criminal nessa região e demonstram peculiaridades culturais de formação das redes pessoais de envio e comercialização da droga nos dois lados da fronteira. Esses sistemas de envio passam por diferentes

¹⁰ Para mais informações sobre a origem da palavra, acessar < <https://www.elperiodico-digital.com/2019/11/29/el-pasanaku-un-sistema-basico-de-financiacion-usado-en-bolivia/>>

mediações em relação ao varejo local de drogas. As pessoas que financiam se isentam primeiramente do estigma¹¹ de serem chamados de traficantes e dificilmente serão presos.

Essas remessas em maiores quantidades demandam maiores investimentos financeiros para comprar como também para seu envio de drogas. O consórcio e o *pasanaku* são estratégias que cobrem eventualmente a falta de capital de investimento tanto do boqueiro como do atacadista no seu negócio. É importante ressaltar que essas duas modalidades não se restringem a apenas um setor da sociedade (os menos abastados).

Nesse sistema, fazem-se presente os maiores atacadistas região, com seu círculo “fechado” de pessoas e com esquemas mais bem organizados e “seguros” (devido às mercadorias políticas), financiam maiores remessas e em maior constância. São esses esquemas que raramente aparecem nos noticiários (imprensa, televisiva e outras mídias sociais).

“Mandando” para fora

No momento do envio da mercadoria, é preciso observar as lógicas estruturais e as mediações realizadas para que o envio de uma grande quantidade não seja apreendido pela polícia. Essas mediações passam pela gestão da ordem local do crime.

O aumento do aparato de combate a esse tipo de delito nos últimos anos na fronteira, e os diferentes aparatos policiais na localidade tem influência direta nos esquemas montados. Certamente, o trato como as investidas de um policial civil e de um policial federal serão diferentes, é nesse jogo de relações de poder são ajustados os preços “morais” de cada situação¹².

Notamos pelo menos três pontos¹³ que transacionam essas mediações na ordem local do crime, que exercem influenciam na montagem dos esquemas de remessas.

A primeira são as chamadas “ligações perigosas” Misse (1997); a segunda seria a distinção entre pessoas e indivíduos, elaborada por Roberto Da Matta (1974); a terceira e a mais recente, é a influência do Primeiro Comando da Capital nesses negócios.

De acordo com Machado:

O preço no atacado das drogas ilícitas nos principais países consumidores é uma função não só da pureza da droga e da distância ao local de produção, mas também do rigor dos mecanismos de fiscalização e controle de fronteira e de repressão policial de cada

¹¹ Sentido proposto por Goffman(1982).

¹² Para mais informações sobre dinâmicas policiais na localidade ver COSTA, e Oliveira (2017).

¹³ Sabemos que os esquemas fronteiriços são dinâmicos e adaptáveis aos sistemas de fiscalização e repressão, por isso, os pontos analisados não se esgotam e acreditamos que possam existir muitas outras influências que não foram citadas neste artigo.

país. Em consequência, cada fronteira atravessada aumenta os riscos e, portanto, investimento em corrupção e logística. (MACHADO, 1996, p. 23).

O fato de Corumbá ser uma das principais portas de entrada de cocaína e pasta base boliviana e em menor quantidade a peruana (segundo as autoridades estatais), torna-se preponderante algum grau de simbiose entre a criminalidade local e o aparelho que regula a fiscalização na fronteira, de modo que haja maior segurança na hora do envio da mercadoria. Essa simbiose entre crime local, a gestão da segurança (corrupta), esferas do comércio local, e o sistema bancário, são as bases da logística estrutural/financeiras do narcotráfico na fronteira, ajudando na lavagem de dinheiro (MACHADO, 1996).

O envolvimento de agentes estatais com o crime chamadas “ligações perigosas” fazem parte constante nessas articulações, produzindo as “mercadorias políticas”, sobre esse conceito:

Há um mercado cujas trocas combinam especificamente dimensões políticas e dimensões econômicas, de tal modo que um recurso (ou um custo) político seja metamorfoseado em valor de troca. O preço das mercadorias (bens ou serviços) desse mercado, por ganhar a autonomia de uma negociação política, passa a depender não apenas das leis de mercado, mas de avaliações estratégicas de poder, de recursos potencial à violência e de equilíbrio de forças, isto é, de avaliações estritamente políticas. Para atingir a oferta e a demanda desses bens e serviços daqueles cujo preço depende fundamentalmente do princípio de mercado, proponho a chamá-lo se “mercadorias políticas (MISSE, 1997, p. 111).

Reforçando através do depoimento logo abaixo:

Olha, nós colocamos assim, policial militar: faz acerto! Qual o acerto com o policial militar? Se pegou, pegou! e aí o que agente pode fazer? Ele vai pergunta para você! Porque para ele te pegar é porque ele já estava de olho em você e já te conhecia! Já te conhecia, ele já sabia que você era o cara que estava fazendo essa fita! Ele vai chegar para você e dizer que conhece você assim, assim, assado...se o cara tem 20 peças Ele diz:- 5 daqui é minha e quero mais tanto! Amanhã eu tô indo lá buscar!

Para ele poder liberar aquela quantidade, porque, ele fica com os 5 quilos seguros, daí o cara tem que correr atrás do dinheiro para o policial liberar os outros 5 quilos que ficaram apreendidos. Porque ele sabe que nesse mundo, se a pessoa vai e está levando os 20 quilos e depois ele fala que arrocharam 5 quilos dele, não existe isso! Quem arrochou de você? – polícia! Daí o cara vai achar que você é que tá roubando, então para não deixar que o patrão ache que é você que está roubando, tem que correr atrás do dinheiro sozinho para conseguir de volta o que está retido.

Agora com o policial federal não tem acerto no tráfico! Mas em contrabando ele faz, principalmente, roupa e cigarro (CARLOS, 16 JUL.2019).

Através do depoimento percebeu-se que a fiscalização na fronteira acontece, mas as normas e as moralidades são negociadas. No momento da fiscalização a “mercadoria política” é colocada em prática: prende-se o *mula* e faz-se o “arrocho”.

A extorsão, a partir da chantagem, é a forma que o agente estatal usa para conseguir vantagem financeira em torno da mercadoria apreendida e para liberação do *mula*.

Esta “economia criminal” foge da regulação do estado, contribui para o bom funcionamento da rede. Nota-se uma variante da mercadoria política chamada de “economia da corrupção”: “[...]o que há de específico na corrupção como mercadoria política é o fato de que o recurso político usado para produzi-la é expropriado do estado e privatizado pelo agente de sua oferta (MISSE, 1997, p. 111).”.

A chantagem, extorsão e corrupção são práticas, estabelecidas há muito tempo e os atores sociais envolvidos sabem dessas ações. Nessas relações de poder, ninguém quer perder. Assim, para não ser preso, o *mula* tirará dinheiro do bolso para pagar por sua liberdade e continuar a viagem até o destino final. Caso não haja resultado na extorsão, o agente prenderá o *mula* e poderá ficar com uma parte do que ele “arrochou” e a outra parte poderá levar para ser vendida em uma *boca* na região.

O segundo ponto de grande relevância é o estudo da distinção entre indivíduos e pessoas nessas redes. O indivíduo poderia ser classificado entre nós como o “Zé-ninguém” das massas, não participa de nenhum poderoso sistema de relações pessoais e é anônimo. O indivíduo nas redes ilegais também é um Zé-ninguém, conseqüentemente, será preso rapidamente (DA MATTA, 1983). Enquanto a pessoa (que possui um nome, um rosto e uma posição social), tem todo um contexto nessas redes, sabendo quem são os agentes que são corruptíveis ou não, e as escalas certas desses agentes. O papel da pessoa, nesse caso, também tem seus reflexos nos financiamentos, já que os financiados trabalham para os financiadores e, como dito anteriormente, são difíceis de serem “pegos” pela polícia, justamente por serem distinguidas como pessoas no contexto da sociedade de fronteira. Por ser pessoa, os custos das mercadorias políticas serão menores na hora da configuração dos esquemas de envios e de remessas garantindo a segurança do esquema.

Por último, a entrada do Primeiro Comando da Capital tem tido um papel fundamental nas transformações do crime nessa região, e principalmente no atacado de drogas em ambos os lados da fronteira. Ao que parece, o PCC está criando uma demanda maior de “mercadorias políticas” na fronteira, embora necessite de mais estudos dessas relações entre PCC e os agentes estatais.

É fato que a demanda da “mercadoria política” vem aumentando nos últimos anos, devido ao crescimento da fiscalização das fronteiras e principalmente com expansão dos comandos criminais na região que mantém fluxos periódicos de remessas de drogas.

Considerações finais

A região fronteira de Corumbá/*Puerto Quijaro* ao longo de décadas tornou-se uma das principais portas de entrada de drogas ilícitas para o Brasil, devido à proximidade com um dos principais países produtores dessa mercadoria (Pasta Base e cocaína) das Américas.

Nesse contexto, as redes do narcotráfico na região, desenvolveram-se a partir de interesses entre atores de ambos os lados da fronteira, que viram nessa atividade ilegal, há uma oportunidade de auferirem lucros e ascensão social nessas localidades.

Devido à complexidade da produção, o valor final no atacado é relativamente elevado por cada peça. Neste ponto observando o fator fronteira nas negociações, pois diversas moedas internacionais podem entrar em jogo, dependendo da moeda (dólar ou euro) pode haver descontos.

A organização do processo de remessas é muito bem estruturada, contando com diversos indivíduos no sistema operacional, incluindo agentes estatais que participam dessas atividades salvaguardando os esquemas e diminuindo as chances de apreensão da mercadoria. As “mercadorias políticas” se fazem presente e seus custos podem ser elevados.

Essa estrutura muito bem montada, se encontra pulverizada na localidade, não havendo um “Barão” da droga como na fronteira de Ponta Porã. Devido a essa descentralização, muitas pessoas (mesmo que não pertençam ao mundo do crime) organizam-se de forma “aventureira” tentando auferir lucros com o narcotráfico, esse é o caso do *Pasanaku* e do Consórcio. Esses dois sistemas de operacionalização do narcotráfico podem envolver diferentes interesses em um só objetivo, auferir lucros.

Essa pulverização do narcotráfico na localidade abriu espaço ao longo dos anos para a atuação de facções criminosas brasileiras em especial o Primeiro Comando da Capital (PCC) que por sua vez atua no atacado de drogas, e no varejo, recrutando os boqueiros independentes para suas fileiras, com a finalidade de expansão de sua influência na fronteira.

Enfim, o atacado de drogas na localidade está cada dia mais dinâmico devido a atuação das diversas facções criminosas brasileiras na localidade, criando novas alianças criminais fronteiriças possibilitando o aumento fluxos de remessas nacionais e internacionais.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, J. L. C.. **A dinâmica das fronteiras:** deslocamento e circulação dos 'brasiguaios' entre os limites nacionais. Horizontes Antropológicos (UFRGS. Impresso), v. 15, p. 137-166, 2009.

ALBUQUERQUE, J. L. C.; PAIVA, L. F.. **Entre nações e legislações: algumas práticas de 'legalidade' e 'ilegalidade' na tríplice fronteira amazônica.** Revista Ambivalências, v. 3, p. 85-114, 2015.

BENTANCOR, G. T.. **las fronteras en un contexto de cambios:** la vida cotidiana en ciudades gemelas-rivera (uruguay) y sant'ana do livramento (Brasil). Ateliê Geográfico Goiânia-GO v. 2, n. 3, p. 18-42, maio/2008.

- BOURGOIS, F.. **En busca de respeto**: vendendo crack em Harlem. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2010.
- CARDIN, Eric G. ; KEINSCHMITT, S. . **A Tríplice Fronteira Internacional entre Brasil, Paraguai e Argentina**: contexto histórico, econômico e social de um espaço conhecido pela violência e pelas práticas ilegais. *Perspectiva Geográfica* , v. 8, p. 1-22, 2013.
- COSTA, Gustavo. V. L. ; OLIVEIRA, Giovanni. França.. O policial de fronteira e o policial da fronteira: Efeitos sociais das políticas nacionais de segurança em Corumbá-MS.. In: Eli Narciso Torres; Gesilane Maciel José. (Org.). **Prisões, violência e sociedade**: Debates contemporâneos. 1ed. Jundiaí: Paco, v. 1, p. 127-156, 2017.
- COSTA, G. V. L. **A Feira Bras-Bol, em Corumbá-MS**: notas sobre o comércio informal na fronteira Brasil-Bolívia. *Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar* , v. 3, p. 467-489, 2014.
- _____. **O Muro Invisível**: a nacionalidade como discurso reificado na fronteira Brasil ? Bolívia. *Tempo Social (USP. Impresso)* , v. 25, p. 141-156, 2013.
- DA MATTA, R.. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. 272p. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- Del Olmo, R.. **Las Relaciones Internacionales de La Cocaína**. NUEVA SOCIEDAD NRO. 130 MARZO-ABRIL 1994 , PP. 126-143
- DINIZ, W.L.C. **Los hermanos bolivianos**. Representações nos jornais de Corumbá/MS (1938/1999). 2014. Tese (Doutorado em História econômica) - USP FFLCH.
- DORFMAN, A. **Representações, normas e lugares**: contos de contrabando da fronteira gaúcha. *Para Onde?* (UFRGS), v. 6, p. 102-113, 2012.
- GOFFMAN, E.. **Estigma: noções sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 152 p.
- GRIMSON, A.. **Pensar fronteras desde las fronteras**. Nueva Sociedad nº 170. noviembre-diciembre, 2000.
- MACHADO, LIA O. Região, cidades e redes ilegais. Geografias alternativas na Amazônia sul-americana. **Em Regiões e cidades, cidades nas regiões**. O desafio urbano-regional. Maria Flora Gonçalves, Carlos Brandão, Antonio Galvão (organizadores). S.Paulo, Editora UNESP, p. 695-707, 2003.
- _____. Estado, territorialidade, redes. cidades-gêmeas na zona de fronteira sul-americana Artigo publicado em: M.L.Silveira (org.). Continentes em Chamas. **Globalização e Território na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p. 246-284, 2005.
- _____. Limites, fronteiras, redes Lia Em T.M.Strohaecker, A.Damiani, N.O.Schaffer, N.Bauth, V.S.Dutra (org.). **Fronteiras e Espaço Global**, AGB-Porto Alegre, Porto Alegre, p. 41-49, 1998.
- _____. região, cidades e redes ilegais. Geografias alternativas na Amazônia Sul-americana . Em Maria Flora Gonçalves, Carlos Antonio Brandão, Antonio Carlos Galvão (org.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões**. O desafio urbano-regional. São Paulo: Ed.UNESP, 2003, p.695-707
- OLIVEIRA, G. F.. **Nas bocas da cidade de Corumbá-MS**: O comércio de drogas na fronteira Brasil/Bolívia. Dissertação. (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Fundação Universidade de Mato Grosso do Sul. Corumbá, 2013.
- OLIVEIRA, G. F. ; GUIMARAES, C. K. . **As relações de reciprocidade e dívidas morais entre o presídio e a rua**: A expansão e transnacionalização do Primeiro Comando da Capital (PCC) na fronteira Brasil-Bolívia. *DILEMAS: revista de estudos de conflito e controle social* , v. Vol.11, p. <https://revista-52>, 2018.
- OLIVEIRA, G.F.; COSTA, Gustavo. V. L. . **A cidade e os informantes**: inserção etnográfica nos pontos de venda de drogas da cidade de Corumbá. *Composição: Revista de Ciências Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul*, v. 6, p. 04-24, 2012.

OLIVEIRA, T. C. M.. **Frontières en Amérique latine** : réflexions méthodologiques. Espaces et Sociétés, v. 138, 2009, p. 02.

OLIVEIRA, T. C. M.. Uma fronteira nas malhas da rebeldia e da criatividade. Cadernos de Estudos Culturais, v. 14, p. 32-55, 2015.

OLIVEIRA, T. C. M.; LINJARDI, L. G. **Carga pesada das mulas** - sobre mulheres traficantes na fronteira Brasil-Bolívia. Revista Ideação, v. 15, p. 70-95, 2013. de Oliveira, Tito Carlos Machado. Frontières en Amérique latine : réflexions méthodologiques. Espaces et Sociétés, v. 138, p. 19, 2009.

OLIVEIRA, T. C. M.. La lógica espacial del territorio fronterizo ? los casos de las aglomeraciones de ponta porã-pedro juan caballero y ladário-corumbá-puerto quijarro-puerto suarez. In: Sebrae. (Org.). **Mato Grosso do Sul sin fronteras**: características y interrelaciones territoriales. ed. 1, Campo Grande: Editora Visão, 2010, v. 1, p. 239-258.

RABOSSI, F.. **Nas Ruas de Ciudad del Este**: Vidas e Vendas num Mercado de Fronteira. Rio de Janeiro, UFRJ, tese de doutorado em Antropologia Social, 2004.

_____. **Dimensões da espacialização das trocas**: a propósito de mesiteros e sacoleiros em Ciudad del Este. Ideação. Revista do Centro de Educação e Letras, Foz do Iguaçu, v. 6, n. 6, p.151-176, 2004.

STEARMAN, A. M.. **Camba y Colha**: migracion y desarrollo em Santa Cruz, Bolivia. La Paz. Libreria editorial Juventude, 1987, p. 243.

TELLES, V. da S.; HIRATA, D. V.. **Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo**. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 22, n. 2, pp. 39-59, 2010.

VALCUENDE DEL RÍO, José M^a; CARDIA, L. M. **Etnografia das fronteiras políticas e sociais na Amazônia Ocidental**: Brasil, Peru e Bolívia. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de junio de 2009, vol. XIII, núm. 292<<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-292.htm>>. [ISSN: 1138-9788].

VALLADARES, L. do P. **Os dez mandamentos da observação participante**. Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso) , v. 22, p. 153-155, 2007.

WHYTHE, W. F.. **Sociedade de Esquina**: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005

Zaluar, Alba. **Pesquisando no perigo**: Etnografias voluntárias e não acidentais. Mana (UFRJ. Impresso), v. 2, p. 75-98, 2009.

ENTREVISTAS

Baixinho. Entrevista I. [Mar. 2011]. Entrevistador: Giovanni França Oliveira. Corumbá, Mato Grosso do Sul, 2011. 1º arquivo .mp3 (70 min.).

Carlos. Entrevista II. [jul. 2019]. Entrevistador: Ana Maria Mattos. Corumbá, Mato Grosso do Sul, 2020. 1 arquivo .mp3 (45 min.).